

## O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO

José Maria Leite Botelho\*

**Resumo :** Este trabalho busca lançar bases para novas discussões a respeito do neoliberalismo e suas implicações no setor educacional ao mesmo tempo em que, procura discutir o atual processo educacional dentro das políticas públicas. O trabalho está dividido em três partes: a primeira, "O Processo de Globalização da Economia" desenvolve em torno das questões históricas e sociais desse processo; a segunda "a globalização e suas implicações no processo educativo" se desenvolve a partir de questões educacionais relacionadas ao tema. A terceira e última parte, "O Processo de Globalização na Educação Brasileira" desenvolvida em torno das questões históricas e atuais da educação brasileira.

**Palavras – Chave :** Educacional, Implicações, Neoliberalismo e educação Brasileira.

**Abstract :** This work seeks to lay foundations for new discussions about neoliberalism and their implications for educational sector while, current demand discuss the educational process within the public policy work is divided into three parts: the first, "the process of economic globalisation" develops around the historical and social issues of this process; the second "globalization and its implications in the educational process" develops from educational issues related to the theme. The third and last part, "the process of Globalisation in Brazilian education" developed around the historical and current issues of Brazilian education.

**Keyword :** Educational Implications, Neoliberalism and Brazilian education.

O contexto mundial vem sofrendo nas últimas décadas, profundas e rápidas mudanças no campo econômico, cujas conseqüências se fazem sentir em todos os setores da vida social. A década de 1980 assistiu estupefata às transformações econômicas, ideológicas, estratégicas, culturais e sociais que redesenharam geopoliticamente o panorama do mundo atual.

O fim do regime socialista fez o mundo curvar-se diante da supremacia capitalista frente às novas formas estratégicas, idealizadas para a perpetuação do grande capital na tentativa de preencher "todos" os espaços das áreas anteriormente ocupadas pelo regime socialista e, como forma de estender os

seus domínios nesses territórios.

A reorganização econômica iniciada nos limites transitórios entre o liberalismo e o neoliberalismo, transformou-se em processo globalizador da economia mundial, transnacional, nacional, local, transportando-se em "velocidade eletrônica" para todos os setores da vida nacional, transnacional, local e finalmente, global. As exigências básicas como flexibilidade, participação, trabalho de equipe, produtividade e competência fazem parte dos novos requisitos para a manutenção das organizações produtivas e para a formação do cidadão, cuja competência e responsabilidades na produção desses novos padrões são destinadas à Educação.

Este trabalho busca lançar bases para novas discussões a respeito do neoliberalismo e suas implicações no setor educacional ao mesmo tempo em que, procura discutir o atual processo educacional dentro das políticas públicas.

O trabalho está dividido em três partes: a primeira, "O Processo de Globalização da Economia" desenvolve em torno das questões históricas e sociais desse processo; a segunda "a globalização e suas implicações no processo educativo" se desenvolve a partir de questões educacionais relacionadas ao tema. A terceira e última parte, "O Processo de Globalização na Educação Brasileira" desenvolvida em torno das questões históricas e atuais da educação brasileira.

O fim da "guerra fria" não significou apenas o desaparecimento do bloco socialista liderado pela ex-URSS, significou, sobretudo, o surgimento de uma nova ordem econômica mundial, liderada pela supremacia dos EUA como potência "consolidada" no panorama mundial nos campos econômico, militar e cultural. O fim do socialismo como sistema político e econômico, desencadeia o fim da bipolarização obrigando o mundo a passar para uma forma tripolarizada: o pólo europeu, o pólo asiático e o pólo americano. Essa tripolaridade econômica pode, grosso modo, ser comparada a uma hipotética balança provida de três pratos. Se em cada prato da balança fosse colocado cada um desses pólos, ver-se-ia a supremacia americana, solidificada pelos poderes políticos, econômicos e do conhecimento.

Faundez (1978) relata que com o objetivo de impor a globalização, os EUA e seus aliados criaram organismos econômicos tais como o FMI e o Banco Mundial ou utilizaram-se de outros já existentes, entre eles a UNESCO e a UNICEF com

o sentido de reorientar seus objetivos iniciais ou manipulá-los segundo os interesses dessa globalização. O processo de globalização da economia põe em choque as economias dos países pobres, sua bagagem cultural e a "soberania" nacional corroendo pelas bases a legitimidade e a eficácia dos Estados Nacionais. É um processo de reorganização política, econômica e cultural liderado pelos EUA e seus aliados, como supremacia de um capitalismo que parece ter alcançado em definitivo as dimensões de um mercado mundial. A Racionalização da economia mundial desencadeia conseqüências gravíssimas em todos os setores sociais, inclusive, no setor educacional e cultural dos países periféricos. Estes no afã de igualar-se aos países promotores do "desenvolvimento" buscam a custa de certos "atropelos" educacionais e culturais, impor a seus povos a cultura e a educação que interessa aos países centrais.

Verificam-se nas últimas décadas, mudanças expressivas no contexto de todos os países periféricos, e principalmente, no contexto latino americano, no modo de vestir, na alimentação, e na cultura, e que se traduzem em verdadeiro processo de aculturação em pleno alvorecer do século XXI. As mudanças pretendidas pelo processo de globalização são, em sua maioria, mudanças simples e apenas ligeiramente perceptíveis, mas, que trazem em seu bojo, verdadeiras fórmulas capazes de operar rápidas e radicais transformações em todo o sistema econômico e sócio-cultural a nível mundial, como forma de fincar de vez os tentáculos do capitalismo e dominar, cultural, científica e tecnológica os países periféricos.

No Plano Educacional, o processo de globalização da economia avança de forma certa e voraz sobre os sistemas de ensino público dos países "alinhados". Oferecer aos governos subsídios, que de *per si*, se encarregam do enfraquecimento do ensino público e do fortalecimento do ensino oferecido pelo setor privado, é apenas, uma das metas implementadas pelo poder globalizador.

Para o capitalismo, não é suficiente uma mudança que aconteça apenas no campo econômico, é necessário uma mudança completa, radical, o que só poderá acontecer se for atacada a pedra angular do foco de resistência: só poderá acontecer se o sistema educacional for modificado para atender as necessidades do modelo emergente, e isso, vem sendo promovido pelos milhões de dólares gastos em marketing, propagandas e publicidades que "gratuitamente" invadem

diariamente os lares, via televisão. As grandes redes de televisão despejam diuturnamente dezenas de dezenas de comerciais com os mais variados produtos destinados ao consumo, principalmente, do público infantil, clientela vulnerável a todos os tipos de transformações.

As recomendações do Banco Mundial para os governos de que é mais rentável e econômico o treinamento em serviço do que o que é gasto com a formação inicial, fornecem subsídios para implementar novas discussões sobre o atual papel da educação em todos os níveis de ensino. É necessário, pois, abrir novos espaços de luta no campo do conhecimento e da educação, de modo a impedir a capitulação do setor educativo frente às novas propostas oriundas dos organismos encarregados de "socorrer" a educação e os serviços sociais oferecidos pelos governos dos países periféricos.

### ***O Processo de Globalização na Economia***

O sistema capitalista vem marcando com os seus ciclos a história de toda a sociedade mundial. Baseado no sistema da livre iniciativa, na lei da procura e da oferta, o modo capitalista de produção cria obrigatoriamente, a falsa ilusão de que em seu bojo o crescimento econômico é permitido a todos fomentando uma luta, que a cada dia supera-se a si mesmo. Dessa forma, verificam-se através dos tempos, constantes modificações na vida econômica e social.

Da primeira Revolução Industrial e posteriormente em todas as outras que a sucederam o sistema capitalista vem criando novas formas de superação e perpetuação por meio de estratégias variadas e eficazes. Da universalização do comércio internacional, da instalação de multinacionais, em países em "desenvolvimento", de filiais de grandes empresas industriais e de serviços, até o atual processo de globalização, a economia mundial foi gradativamente sendo modificada, culminando no processo de racionalização da economia atual.

As empresas multinacionais além de dominar os mercados nacionais e internacionais bloqueiam o crescimento econômico e científico dos países onde se instalam. Tanto através das multinacionais quanto das "zonas de livre comércio" implantadas em pontos geoestrategicamente corretos, o capital impõe formas, cria estratégias de dominação e sujeição dos povos dos países periféricos.

Nos países desenvolvidos o acirramento da luta pela supremacia dos mercados vem promovendo a criação de associações para comandar o comércio

internacional. O nascimento do Mercado Comum Europeu, do BENELUX, do NAFTA, da atual União Européia, do Bloco Asiático, do MERCOSUL, são apenas recentes formas de preparação para a expansão do capitalismo em escala mundial como forma de superação do liberalismo e do aparecimento do neoliberalismo.

O neoliberalismo, termo usado para designar uma nova maneira de organização do capital mundial, em oposição à política intervencionista e de bem-estar social empreendida pelo Estado Liberal, traduz-se numa primeira forma de limitar o poder do Estado sobre a economia.

A onda neoliberal iniciada e levada a termo pelos países ricos com Margareth Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan, nos EUA, Brian Mulroney no Canadá e se expandido posteriormente para os chamados países em "desenvolvimento" tais como o México, a Argentina, o Chile e o Brasil, opera como uma faca de dupla serventia. Nos países ricos, detentores do poder, o que se tem presenciado são políticas protecionistas e o nacionalismo exacerbado pelos seus interesses, num "bem educado" fechamento do mercado à entrada de produtos dos países periféricos. Contrariamente, os países pobres ou "em desenvolvimento", abrem sob pressão econômica, as suas portas para a entrada de capitais e tecnologias estrangeiras, tendo-se a falsa ilusão de estar participando massivamente do comércio internacional. O aprofundamento da onda neoliberal carrega consigo prejuízos econômicos que se refletem diretamente no setor social exemplificados pela recessão, pelo desemprego, pela fome, pela miséria, e pela falta de investimentos em infra-estrutura, na falta e na deterioração dos serviços essenciais prestados à população, nos preços, no crescimento da economia informal, e na diminuição nos padrões da qualidade de vida.

Segundo Fiori (1996), o projeto de globalização pode ser definido como:

*"a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distancia e vice-versa ou um processo dialético onde a transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço".*

Para Fiori (1996i), os anos 90 emergiram como a era liderada pelo complexo eletrônico, envolvendo profundas mudanças no modo de produção, nas formas de gestão, de concorrência e de relacionamento entre o capital e o trabalho.

Entretanto, o relacionamento entre o capital e o trabalho, vem sobrecarregado de uma forte onda de desestruturação da economia, seja ela, mundial, nacional, local, social, familiar, cujas conseqüências intensificam o processo de aumento da pobreza mundial.

Misse (1996) caracteriza o processo de globalização como o:

*"aprofundamento radical da internalização de empresas (...) baseada nos serviços lógicos, pelo aumento da competitividade, pela aceleração da produção em grande escala e pelo enfraquecimento das barreiras protecionistas nacionais"*

dos países pobres e pelo fortalecimento das mesmas barreiras nos países centrais. O enfraquecimento das barreiras nacionais para a entrada de bens estrangeiros favorece a desestruturação econômica e industrial dos países periféricos ao mesmo tempo em que estabelece a explicitação dos objetivos do projeto neoliberal.

O acirramento pela competitividade no mercado trará impactos negativos sobre o sistema de empregos, na estrutura ocupacional, nas redes de sociabilidade, e, sobretudo, contribuirá para diminuir ainda mais a injusta distribuição de renda e a estrutura política dos Estados atingidos.

O crescimento do setor da economia informal indica o destino dos cidadãos afetados pelo desemprego, vítimas da globalização, e indica, sobretudo, uma nova acomodação dos novos fatores sociais frente à expansão competitiva e excludente do mercado. Cria-se, por outro lado, instituições para fomentar o incremento da instalação das chamadas micro-empresas, como forma de desestimular o sistema de empregos e, criar a pretensa ilusão de que todo o cidadão é capaz de sobreviver como pequeno proprietário num mundo econômico onde a cada dia, se agigantam as grandes empresas em detrimento dos micros. No setor de fomento a instalação das micro-empresas o SEBRAE vem contribuindo de forma decisiva e se firmando no mercado terciário como prestador de serviços especializados.

O Brasil experimenta os efeitos negativos da globalização. A onda de privatizações e o crescimento do desemprego iniciada no governo Collor e levada a cabo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso têm sentido como bons exemplos para se discutir os problemas sociais causados pelo processo globalizador.

O Brasil, país de muitas facetas e onde se misturam o moderno, industrializado, rico, de classe média, com trabalhadores de carteira assinada, o agrário moderno; mescla-se com o pobre de classe social indo de "média a baixa", sem carteira assinada, o agrário paupérrimo, o trabalhador de economia informal, entre outros, o miserável, há muito excluído da possibilidade de ascender em escala social. Em todas essas faces, explicita-se um Brasil que não conseguiu, no amanhecer do século XXI, resolver seus problemas sociais mais contundentes, de dar à população melhor qualidade de vida, melhorar a distribuição de renda, erradicar a pobreza, a fome, o analfabetismo, empreender uma reforma agrária justa, em fim, se estruturar dentro do modelo anterior, que condições terá de enfrentar esses e os novos problemas surgidos nesse período reorganizador do mercado?

No processo de inserção da globalização da economia do mercado brasileiro no processo global verifica-se, o crescente intervencionismo estrangeiro a que o país vem sendo submetido. A onda de privatizações que vem ocorrendo -até com as estatais tidas como as mais rentáveis- não encontra precedentes na história. Alardear aos quatro cantos do país que as empresas estatais são perdulárias e inadimplentes pode ser apenas um meio de burlar a confiança da população do país, ao mesmo tempo em que tais propagandas põe a descoberto a que se presta o neoliberalismo econômico. Enquanto são vendidas as estatais, por serem "prejudiciais" ao bom andamento do setor econômico, essas empresas, ao passarem para a iniciativa privada recebem bônus fiscais que lhes permitem operar no mercado. Por outro lado, são mandados para a reserva de trabalho milhares de operários, ao mesmo tempo em que se deteriora o padrão de vida nacional.

A situação atual coloca o Brasil como um país do futuro? De qual futuro? O processo de "modernização" pelo qual o país vem passando, tem sido processado à custa da importação de tecnologia e de equipamentos que além de impedir o crescimento da produção nacional, compete com qualidade superior e preço baixo dentro do próprio mercado brasileiro contribuindo, para a desqualificação e para o rebaixamento dos produtos nacionais ao mesmo tempo em que, obriga dezenas de empresas a deixar o mercado fomentando dessa forma. O crescimento do desemprego. A configuração e o comportamento neoliberal do setor terciário apontam para o crescimento e para a

diversificação de uma economia competitiva formal, que manda milhares de trabalhadores para a economia informal como única saída para fugir ao desemprego, à fome e à miséria, não pode ser considerado como fator modernizador para a economia nacional.

Deluiz (1994), ao analisar a questão da modernização, enfatizando o crescimento dos serviços de automação no setor terciário brasileiro, aponta a busca de maior produtividade como fator que levou bancos a aprofundar a especialização do trabalho dos caixas, levando funcionários da retaguarda a uma atividade mais autônoma, tais como a dedicação à parte comercial dos bancos. Com essa situação, o setor bancário introduz os fatores básicos exigidos no processo de especialização dentro da atual economia globalizada: flexibilidade, abstração, versatilidade, liderança, comunicação, habilidade de discernimento, equilíbrio físico-emocional e capacidade de decisão. Essas mudanças, essenciais no início no processo neoliberal, tomam-se drásticas após a implantação desses serviços, não apenas no setor bancário, mas, em todos os setores da vida econômica, pois causam desemprego e desemprego causa fome, desnutrição, favorece a delinqüência, a prostituição e a desestruturação familiar.

### ***Influência da Globalização na Educação***

A era da modernidade - entendida como a era das grandes transformações tecnológicas- produzidas nos grandes centros hegemônicos se remete à periferia como um conjunto de bondosas criações científicas, acompanhadas de determinações ideológicas sobre a modernização, capazes de remodelar toda a sociedade política e cultural dos países periféricos. Assim, são modernos apenas os padrões econômicos, sociais e culturais surgidos e desenvolvidos nos centros do poder. A transferência dessa modernidade para a periferia em forma de transferência de tecnologia e ideologia vem com um único objetivo: sustentar a hegemonia dos centros do poder, garantindo através da ideologia a perpetuação desses centros, de forma que a modernidade possa ser algo apenas almejado pelos países periféricos.

A história tem mostrando que só os países desenvolvidos transitam pelo mundo moderno do poder, subjungando sob os domínios econômicos e políticos os países periféricos, tendo estes, jamais adentrado como parte integrante

do cobiçado círculo dos países dominadores.

O sistema taylorista que separou em nome do aumento e do controle de produção, o trabalhador operário do trabalhador intelectual, separou também a concepção do todo. Numa forma de juntar novamente as partes no todo, o processo de globalização propõe uma nova forma de concepção desse todo, porém, carregada de uma enorme seletividade profissional, fato que *de per si*, é suficiente para despachar para o mercado de reserva milhões de trabalhadores. Dessa forma, o mercado mundial globalizado ensaia uma nova fórmula taylorista, observadas nas segmentações cada vez mais nítidas das classes sociais dentro do atual modelo.

O avanço de tecnologias sofisticadas exige do trabalhador maior aprimoramento na busca da perfeita harmonia com o processo produtivo. Concomitantemente, a inserção de novas tecnologias no mercado de trabalho, manda para a reserva um exército de trabalhadores cuja mão-de-obra tornou-se desnecessária frente aos processos de modernização e automação implantados nos setores de produção, numa clara visão de que:

*"a qualificação para o trabalho diante das inovações tecnológicas adquire um caráter dinâmico, no sentido de que a competência especializada para dado conjunto tecnológico pode tornar-se obsoleto e inadequado para outro aparato tecnológico. A própria lógica qualifica e desqualifica o trabalho"(Kawamura, 1990:14)*

Assim, a modernização implica num tipo de reorganização administrativa de mecanismos que garantem o controle social e político, correspondentes aos pressupostos da modernização. Nesse contexto, a educação é pensada numa determinada visão de sociedade, para e a partir dessa visão estabelecer os valores, as normas, os conteúdos, as pautas de conduta, as técnicas e os métodos de ensino, com os quais irá direcionar a sociedade para atender as perspectivas dessa sociedade que a idealiza. Dessa forma, a educação parece estar a serviço, apenas da formação de mão-de-obra para atender as demandas do grande capital. De outra forma, o capitalismo globalizado impõe à educação a produção de um profissional altamente qualificado, dinâmico e com capacidade de decisão para ocupar os lugares criados pela nova ideologia do capital.

O enfraquecimento dos Estados Nacionais de forma rápida e eficaz pelo neoliberalismo, busca no componente educação a sua principal via de acesso. O financiamento da educação pelos organismos internacionais traz consigo um

conjunto de regras e estratégias que põe a descoberto o foco de resistência centrado no setor educacional. A utilização dos meios de comunicação de massa não são apenas postos ao comando do capital, servem antes, para a promoção do controle das massas dentro de um objetivo que visa atingir o dia-a-dia da escola, a fim de utilizá-la como centro divulgador das idéias neoliberais.

Aceitar que os subsídios oferecidos à educação determinem as regras para a educação, é, concordar com o jogo dos países centrais, fato que vem ocorrendo nas últimas décadas onde os governos dos países periféricos, sobretudo, os da América Latina têm contribuído para a vitória de algumas batalhas nesse jogo de cartas marcadas pelas idéias capitalistas.

A parceria entre o Brasil e os Estados Unidos na formulação da Lei n. 5.692/71 é um exemplo claro da visão educacional pretendida para a educação brasileira. Ao implantar oficialmente a reforma do ensino de 1º e 2º graus o governo brasileiro assinou a deterioração da qualidade do ensino. Pretender naquele momento que, no ensino de 2º grau, a educação profissional não fosse trabalhada em maior intensidade que à educação geral era, sem dúvida, a maior expressão de hipocrisia. Quem no momento dessa reforma, se não a pequena parcela da população abastada estaria interessada em educação geral? Por outro lado, não podemos negar que numa época de profundas mudanças, aquela não tenha sido organizada com a "melhor" das intenções. Entretanto, se por um lado o crescimento econômico necessitava de urgente mão-de-obra "especializada", o setor educacional necessitava manter um padrão mínimo de qualidade nesse ensino, fato que, com raras exceções foi possível verificar. No momento em que todos os recursos foram direcionados para a educação técnico-profissional, o sistema educacional brasileiro permitiu a queda brusca na qualidade da educação. A falta de investimentos determinou a deficiência na qualidade da educação oferecida pelo sistema público, passando a existir, dessa forma, uma relação inversa: enquanto cresce a cada ano o número de crianças em idade escolar decrescem gradualmente os investimentos no setor educacional. Dados da década de 80 mostram que a redução dos gastos com a educação caiu de 24,4% para 18,1% em toda a América Latina, enquanto cresciam as cifras com o pagamento dos juros da dívida externa, em detrimento da alocação de recursos para os setores sociais contribuindo ainda mais para a queda na qualidade do ensino público.

Tratar da qualidade da educação requer compromissos por parte de toda a

sociedade e não apenas, por parte dos educadores. Proporcionar ao ser humano condições de preparação para a vida cotidiana requer além da valorização das condições implícitas no indivíduo, condições materiais externas que possam permitir o patrocínio do crescimento das habilidades, indispensáveis a uma boa formação.

Os constantes ataques dirigidos pelo sistema capitalista à educação pública buscam confundir o papel social da educação com o fito de substituir seus fins sociais em objetivos empresariais. Entre os mais freqüentes ataques, estão os que dizem ser a educação mal administrada e por isso perdulária: que os principais responsáveis pelo fracasso da educação são os professores e que a educação não se ajusta ao mercado, visam unicamente inserir na população o descrédito na educação pública, promovendo em contra partida a ideologia de que o sistema privado de ensino é sempre superior a aquele.

Gastar mal, pode não ser a causa determinante e nem regra geral para o problema da crise educacional, que, aliás, seria crise educacional ou seria crise ideológica do capital? O cerne do problema enfrentado atualmente pela educação pode estar diretamente vinculado aos baixos salários pago aos professores da rede oficial de ensino (em todos os níveis de governo), à falta de investimentos no setor podem ser visto como estratégias do capital para o enfraquecimento no setor educacional público. O baixo salário pago aos professores transforma-os em verdadeiros maratonistas escolares, fato que impede, em nome da própria sobrevivência na maioria dos casos, um verdadeiro comprometimento com a educação. Culpar os professores e educadores pelo distanciamento cada vez mais acentuado entre o ensino e sua qualidade, é apenas uma forma capitalista de tentar tomar as rédeas do poder no setor educacional, não com o objetivo de melhorá-la, mas, no sentido de torná-la privada, empresarial, lucrativa para o mercado e totalmente vinculada aos ditames dos governos neoliberais. Dessa forma, a adequação da educação ao mercado viria de certa forma, muito mais rápida. A automação globalizada transformaria mais rapidamente homens em máquinas, enquanto se deterioraria a capacidade de se pensar socialmente o futuro da humanidade.

### ***Influência da Globalização na Educação Brasileira***

A introdução desenvolvimentista da educação no Brasil remonta as

teorias da modernização, surgidas sob a influência da Escola Nova e que se fez representar por nomes como os de Fernando Azevedo e Anísio Teixeira (partidários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova-1932) cuja compreensão, era de que a escola deveria se constituir no centro modernizador da Educação através do conhecimento científico. O pensamento escolanovista vai se enfraquecendo nos vinte anos posteriores, cedendo lugar ao pensamento de que a educação deveria ser transformada em educação profissional.

Na década de 1960, se articulam no Brasil novas condições de adequação do sistema de ensino à modernização econômica que paulatinamente é implantada no país. Essas condições favorecem o surgimento de cursos técnico-profissionais de nível médio (secundário) que fortalecem a ocupação economicista da educação ao mesmo tempo em que, em 1964 se iniciam os fortes mecanismos repressivos dos "aparelhos ideológicos de Estado" (Althusser, 1970), para assegurar os interesses capitalistas representados pela ordem constituída dos governos militares sob a tutela dos governos dos países centrais.

No Brasil, é preparado um aparato de Estado para atuar como elemento regulador e ao mesmo tempo impulsionador do processo de desenvolvimento empreendido (pelo governo JK) como forma de implementação da modernização da "sociedade política" a fim de possibilitar a internalização do capital.

Com o novo regime implantado, a educação brasileira passa a ser apenas, um componente destinado a produção de mão-de-obra, fundamental para o suprimento das necessidades criadas pelo capital, cuja finalidade seria a "integração do país" ao capitalismo internacional.

A política adotada pelo governo pós-68 avança flagrantemente sobre o sistema educacional do país. A Lei nº 5.692/71 reformula todo o sistema de ensino, deitando clara a tônica que iria reger os novos rumos da educação no Brasil: formar recursos humanos técnicos e científicos, de nível médio e especialista de nível superior, para atuar na expansão educacional capitalista brasileira. A Lei nº 5.692/71 decreta compulsoriamente a supremacia do ensino técnico nas escolas oficiais, proliferando em todo o país as escolas técnicas federais.

Embora, nesse período o país tenha conseguido uma industrialização plausível, esta não foi suficientemente forte para elevar o país à categoria de moderno e

desenvolvido, como pretendiam os governantes. Ao contrário, acelerou-se a dependência externa. No âmbito educacional, a política de desenvolvimento implementada pelos sucessivos governos, dão conta de que a qualidade da educação vem despencando vertiginosamente, ao mesmo tempo em que aumenta o número de analfabetos no país. Se a atual política desenvolvimentista persistir a educação corre o risco de se transformar em mera forma de atender as demandas do capital no sentido de

*que "reduzir a qualidade do ensino ao paradigma tecnológico é retroceder no tempo, atrelar a escola ao setor produtivo e renunciar sua missão fundamental que é a formação integral do homem"(Costa/Silva. apud Saviani. 1996).*

Enquanto o projeto neoliberal condena toda e qualquer participação do Estado na economia, as multinacionais se implantam nos países periféricos, obtêm isenção fiscal e outros subsídios estatais. E importante atentar para a dupla subserviência a que servem nossos governantes. Enquanto permitem ataque ao poder econômico nacional, transformam as multinacionais em vitrine para as suas compras. Para essas empresas, vencer as concorrências se torna presa fácil: abrem caminhos para o diálogo entre o governo e matriz da empresa sediada longe dos limites geográficos do país, ao mesmo tempo em que impedem o crescimento das empresas nacionais.

Outros freqüentes ataques disparados pelo projeto neoliberal, contra o governo e, conseqüentemente contra o sistema educativo (brasileiro) são enfocados pelos meios de comunicação de massa (TV, Jornais, rádio) responsabilizando o sistema governamental pela corrupção ineficiência administrativa, desperdício, mau uso do erário público, entre outras. Desnudam o sistema anterior, agora suplantada pela mais nova forma de reorganização econômica-política mundial. Esses ataques buscam enaltecer a iniciativa privada em detrimento do setor público.

A produção das famosas "apostilas," usadas em quase todos os cursos, elaboradas em sua grande maioria sem qualquer procedimento didático-metodológico, se transformam em guias práticos a direcionar as atividades dos docentes e dos discentes, numa forma clara, de tomada da posição dianteira pelo setor privado sobre o sistema público de educação. Além de nada proporcionarem de inovação em matéria de ensino, as apostilas arranjam um jeitinho de tornar seu uso obrigatório em detrimento dos livros didáticos considerados em maior

profundidade de conteúdos, e da própria criatividade do professor, passando este a mero cumpridor de tarefas escolares.

A Lei nº 9.131 /95, que criou o exame nacional de cursos, sistematizada pela Portaria 249/96, são formas claras e definidas da imposição neoliberal, no sentido de adequar todo sistema educacional brasileiro às regras do capital. A preferência inicial pela verificação do ensino superior (cursos técnico-liberais) apontam para a aproximação gradual e rápida sobre os cursos de formação de professores. Daí, chagar até as dimensões do ensino médio demandará apenas ligeiros ajustes no projeto e no objetivo central.

Os novos estudos que foram e estão sendo gestados desde o início da década de 90, apontam para novos ajustes da educação frente às necessidades do capital. Adequar os currículos escolares para o oferecimento de habilidades cognitivas mínimas, escamoteando habilidades básicas próprias do crescimento integral do indivíduo, será a tônica que regerá a educação dentro do sistema neoliberal.

### **Bibliografia**

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos, Lisboa: Editora Presença, LDA, 1970.
- BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI. Tradução de Antônio de Pádua Danesi, São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DAWBOR, Ladislaw. Os novos espaços do conhecimento. [s.l.:s.n]
- DELUIZ, Neise. Reestruturação Produtiva e o Futuro do Trabalho no Setor de Serviços. In: Tecendo Saberes, Rio de Janeiro: DIADORIM/LTFRJ/CFCH, 1994.
- ESPINOSA, Elia Marúm. La Integración Económica de América del Norte e la Integración Universitária: la perspectiva mexicana. In: MORSINI, Marília Costa (org) Universidade no MERCOSUL, São Paulo: Cortez/CNPQ/FAPERGS, 1994.
- FAUNDEZ, Júlio. The Nationalization of Multinationals in Peripheral Economies. London, Mac Millan, 1978.
- FIORI, José Luiz. Globalização, estados Nacionais e Políticas Públicas, Ciência Hoje, São Paulo, SBPC. nº 96, vol. 16, dez. 1993.
- IANINI, Otávio. Teorias da Globalização. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KAWAMUKARA, Lili. Novas Tecnologias em Educação. São Paulo: Ática, 1990.
- MISSE, Michel. Fragmentação, polarização e exclusão social. Rumos do Desenvolvimento. nº 3, jun. 1996.
- OLIVEIRA, Betty A. O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 1980.
- RABELO, José Maria. Ricos Nacionalistas querem pobres neoliberais, Terceiro Mundo, Rio de Janeiro: nº 139, maio 1991.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO. Neoliberalismo e Educação. Brasília: AEC, 1996.
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: Teorias da Educação; curvatura da vara:

onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.  
SILVA, Maria Vieira. Gerência da Qualidade Total: Conservação ou Superação do processo de alienação? Educação e Filosofia, Uberlândia: jan/jun, 1995.

\***Jose Maria Leite Botelho.** Professor do DEGEO/UFRO, Mestre em Educação pela UFRJ.